

**PROCESSOS DE CUIDADO EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: Dificuldades e aspectos positivos na visão dos cuidadores de uma casa de acolhimento no município de xangri-lá**

Karolina dos Santos Guincheski <sup>1</sup>  
Alessandra Marques Ceconello <sup>2</sup>

**Resumo:**

O trabalho descreveu as dificuldades e os aspectos positivos acerca do cuidado pela visão de cuidadores de uma casa de acolhimento do município de Xangri-Lá. Os objetivos foram analisar como os processos de cuidado são realizados pelos cuidadores da instituição, identificar as dificuldades relatadas e descrever os pontos fortes identificados por eles. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa descritiva do tipo transversal. Os participantes da pesquisa foram os cuidadores da casa de acolhimento, que responderam uma entrevista com questões semiestruturadas e abertas, analisadas posteriormente através da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1979). Os resultados foram classificados em quatro categorias, nomeadas: práticas educativas, dificuldades acerca do cuidado, aspectos positivos acerca do cuidado e sentimentos. A relevância deste estudo se dá pela possibilidade de desenvolvimento de estratégias de cuidado nas instituições de acolhimento.

**Palavras-chaves:** Acolhimento Institucional; Cuidadores; Processos de cuidado.

**CARE PROCESSES IN INSTITUTIONAL SHELTER: DIFFICULTIES AND POSITIVE ASPECTS IN THE VISION OF THE CARETAKERS OF A SHELTER IN THE XANGRI-LÁ CITY**

**Abstract:**

The paper described the difficulties and the positive aspects about caring for the caretakers' vision of a shelter in the Xangri-Lá city. The objectives were to analyze how care processes are carried out by the caretakers of the institution, identify the difficulties reported by the caretakers and describe the strengths identified by them. This was a descriptive qualitative research of the transverse type. The participants of the research were caretakers of the shelter, who answered an interview with semi structured and open questions, analyzed later through the technique of content analysis of Bardin (1979). The results were classified into four categories, named: educational practices, difficulties about care, positive aspects about care and feelings. It is a research that can help in the development of strategies about the care process in the shelter institutions.

**Keywords:** Institutional Reception; Caregivers; Care processes.

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia do Centro Universitário Cenecista de Osório (UNICNEC);

<sup>2</sup> Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Município de Osório. Docente do Curso de Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Cenecista de Osório (UNICNEC).

## INTRODUÇÃO

O tema relacionado às práticas de cuidado em instituições de acolhimento está voltado à garantia de direitos das crianças e adolescentes, precisando resgatar alguns aspectos deste processo histórico. As crianças e os adolescentes passaram a ser vistos como seres de direitos e deveres, desta forma, o reconhecimento do seu direito à convivência familiar e comunitária se fez presente diante de um processo de desinstitucionalização, comum na sociedade brasileira nas décadas antigas (MORÉ E SPERANCETTA, 2010). A legislação do ECA (1990), indica a colocação de crianças e adolescentes em instituições de abrigo, de forma provisória e excepcional, somente quando se encontram em situação de grave risco à sua integridade física, psicológica e sexual. Deste modo, a casa de acolhimento é uma medida de proteção social, a qual oferece assistência à criança e ao adolescente que se encontram sem as necessidades básicas.

As equipes de trabalho dentro destas instituições de acolhimento contam com vários profissionais trabalhando de uma forma multidisciplinar. O contato diário com as crianças e os adolescentes é executado por cuidadores e o trabalho que realizam não se resume no atendimento às necessidades básicas como cozinhar, acompanhar durante os momentos de refeições, orientarem a higienização e vestuário, seguindo uma rotina institucional. Estes cuidadores compreendem que suas ações se constituem para além dessas tarefas diárias, incluindo uma participação mais efetiva na educação, na saúde e no lazer mostrando uma compreensão ampliada de cuidado (PEREIRA, 2013).

Este estudo justifica-se pela urgência de pensar em atuais políticas públicas e formas de trabalho sobre esta profissão, com o propósito de serem oferecidas formações profissionais para que possam desenvolver a função de cuidado com maior segurança e qualidade nas condutas adotadas. O objetivo deste estudo foi analisar como os processos de cuidado são realizados pelos cuidadores da instituição, identificar as dificuldades relatadas e descrever os pontos fortes identificados por eles. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva do tipo transversal, realizada com seis cuidadores de uma Casa de Acolhimento no município de Xangri-lá.

## REVISÃO DE LITERATURA

Para contextualizar e auxiliar no entendimento do problema apresentado a revisão de literatura foi subdividida nas seguintes sessões: Fundamentos legais da infância e adolescência, Acolhimento institucional, O processo de trabalho: normativas jurídicas e legais e Dificuldades e aspectos positivos acerca do cuidado.

### **Fundamentos Legais da Infância e Adolescência**

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a atenção à família ganhou força, quando foi imposta a regulamentação do art. 227, visando à proteção dos direitos da criança e do adolescente, como segue:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com a absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." (BRASIL, 1990)

Para assegurar que estes direitos sejam cumpridos se faz necessário que leis, normas e regulamentos estejam voltados para a proteção e disposição de condições necessárias para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Para isso, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/90) (BRASIL, 1990), com o objetivo de direcionar políticas públicas que atendam crianças e adolescentes em situação de risco social, aplicando medidas de proteção, e a adolescentes autores de ato infracional, aplicando medidas socioeducativas (FIORELLI E MANGINI, 2010).

O art. 98 do ECA estabelece que as medidas de proteção devem ser aplicadas no intuito principal de proteger a criança eo adolescente de qualquer violação ou ameaça em quaisquer dos direitos, seja por ação ou omissão do Estado, falta, omissão ou abuso dos pais, responsáveis, seja por razão da própria conduta (BRASIL, 1990). As medidas de proteção encontradas no art. 101 do ECA referem-se à:

"Encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporário; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; abrigo em entidade; colocação em família substituta." (BRASIL, 1990).

Existe um órgão responsável por fiscalizar se estas medidas de proteção às crianças e

adolescentes estão sendo cumpridas. Previsto no art. 131 do ECA, o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Suas principais atribuições são:

“Atender crianças que necessitam de proteção, sempre que seus direitos forem ameaçados e violados; atuar junto às instituições de aplicação das medidas socioeducativas; encaminhar ao Ministério Público a notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.” (BRASIL, 1990).

Entende-se, então, que tanto as crianças como os adolescentes são sujeitos de direitos os quais devem ser garantidos pelo Estado, pela sociedade e pela família. Entre as medidas de proteção citadas, somente as duas últimas dizem respeito ao afastamento da família, sendo que as demais visam evitar que isto ocorra (BRITO E ROSA, 2018).

### **O Acolhimento Institucional**

Os cuidados ofertados pela família na infância são de extrema importância para o desenvolvimento da saúde física e mental do ser humano. Porém, a realidade aponta que nem sempre acontece desta forma, muitas famílias fracassam no cumprimento do seu papel junto aos seus filhos, havendo negligência tanto na esfera física como afetiva, gerando quadros danosos ao desenvolvimento infantil (ALBORNOZ, 2009).

A falta destes cuidados parentais adequados, especialmente em uma fase de grande vulnerabilidade como a infância e a adolescência, pode determinar algumas patologias no decorrer do desenvolvimento. Conforme Bowlby (2002), os prejuízos causados à saúde mental pela privação destes cuidados adequados dependerão do grau de privação e as consequências podem ir desde o sentimento de angústia e instabilidade emocional, até a incapacidade total em estabelecer relações afetivas e saudáveis.

Uma série de circunstâncias pode determinar que um filho não pode ser cuidado pelos seus pais biológicos, necessitando, então, de cuidados especiais (ALBORNOZ, 2009). Porém, os critérios para crianças ou adolescentes serem acolhidos não são muito claros, assim, o profissional que está na ponta do sistema e, muitas vezes, sem capacitação, acaba tomando esta decisão importante. Diante

disto, a partir de 2004 ampliaram-se as discussões acerca do direito à convivência familiar e comunitária, o que culminou no Plano Nacional de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, desenvolvido por entidades como o

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (BRITO E ROSA, 2018). Este documento menciona que:

“Trata-se da mudança do olhar e do fazer, não apenas das políticas públicas focalizadas na infância e na juventude, mas extensiva aos demais atores do chamado Sistema de Garantia de Direitos e de Proteção Social, implicando a capacidade de ver as crianças e adolescentes de maneira indissociável do seu contexto sócio familiar, percebendo e praticando a centralidade da família enquanto objeto de ação e de investimento” (CONANDA E CNAS, 2006).

Existem dois sistemas implantados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os quais propõem duas modalidades de atendimento assistencial: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica é responsável pela prevenção de situações de risco em famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Já a Proteção Social Especial é voltada para o atendimento às famílias e aos indivíduos que já se encontram em situação de risco pessoal e social, sendo esta da qual as instituições de acolhimento fazem parte (BRITO E ROSA, 2018).

Pelos grandes níveis de vulnerabilidade, as crianças e os adolescentes precisam se recuperar da perda sofrida, serem cuidados por pessoas que lhe passem segurança. Segundo Bowlby (2002), essa pessoa deve agir como uma figura substituta a quem a criança ou o adolescente irá se ligar gradualmente, e, assim, poderá aceitar a perda sofrida anteriormente e reorganizar sua vida.

### **O processo de trabalho: normativas jurídicas e legais**

No que diz respeito à relação que se estabelece para o cuidado com as crianças e adolescentes acolhidos e as especificidades deste trabalho nas instituições de acolhimento, o Projeto Político Pedagógico a ser construído para a orientação das ações nestes espaços deve abordar as atribuições dos cuidadores. Este papel é definido pelas Organizações Técnicas (Brasil, 2009) da seguinte forma:

“Em função de sua importância, o educador/cuidador e a família acolhedora devem ter clareza quanto a seu papel: vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar, evitando, porém, “se apossar” da criança ou do adolescente e competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta. O serviço de acolhimento não deve ter a pretensão de ocupar o lugar da família da criança ou adolescente, mas contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta, quando for o caso.” (BRASIL, 2009, p. 47).

A Organização das Nações Unidas – ONU – organizou um texto no qual são estabelecidas as orientações desejáveis para implementação de políticas e de práticas e de proteção social. Neste texto, denominado Diretrizes de Cuidados Alternativos a Crianças, consta uma série de cuidados alternativos, incluindo o acolhimento institucional, bem como as medidas apropriadas para a prestação destes cuidados. Destacando então o papel dos cuidadores no desenvolvimento de relações positivas, seguras e fortalecedoras com as crianças, de modo tal que o sujeito que assume tal papel deve ser capaz de desempenhá-lo nestes termos (ONU, 2009).

Em relação à modalidade de acolhimento em que trabalham os cuidadores residentes, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária -PNCFC (BRASIL, 2006A), aponta que as casas lares, definidas pela Lei nº 7.644/1987, “devem estar submetidas a todas as determinações do ECA relativas às entidades que oferecem programas de abrigo, anteriormente citadas, particularmente no que se refere à excepcionalidade e à provisoriedade da medida”.

Acerca dos processos de trabalho em casas lares, as Orientações Técnicas também trazem informações importantes que envolvem a estrutura e o processo de trabalho que os cuidadores devem adotar neste ambiente, ressaltando a importância da supervisão técnica. Esta lei, anteriormente citada, Lei nº 7.644/1987, coloca sobre a regulamentação das atividades das mães sociais e pais sociais e define no Art. 4º

as suas atribuições:

“I – propiciar o surgimento de condições familiares adequadas, orientando e assistindo as crianças e os adolescentes sob seus cuidados; II – administrar o lar, realizando e organizando as tarefas pertinentes; III – dedicar-se, com exclusividade, às crianças e aos adolescentes e à casa lar que lhes forem confiados. Parágrafo único. A mãe social e o pai social, no exercício de suas atribuições, devem residir na casa lar, em companhia das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade.”( BRASIL, 2006A, P. 41)

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (PORTARIA N. 397, 2002), o cargo de mãe social pertence à família ocupacional de “Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos”, na qual é atribuída uma série de atividades direcionadas ao cuidado com o outro, sua saúde, educação, alimentação e bem estar. Além disso, as orientações técnicas (BRASIL, 2009), indicam a substituição dos termos mães sociais e pais sociais por educadores ou cuidadores, visando evitar ambiguidade de papéis ou outras consequências de natureza análoga na percepção da criança ou adolescente.

### **Dificuldades e aspectos positivos acerca do cuidado**

De acordo com os processos de trabalho e o cuidado, muitos cuidadores mostram entender as suas ações de cuidado para além das necessidades básicas, e verbalizam interesse em ter maior participação na vida das crianças e adolescentes (PEREIRA, 2013). A satisfação decorrente da possibilidade de ajudar as crianças e adolescentes acolhidos em instituição se aproxima dos resultados da pesquisa de Silva (2009), que apontou a indignação com as desigualdades e injustiças sociais como motivo principal de ingresso dos cuidadores nessa atividade profissional. Logo, os cuidadores pesquisados por Silva (2009), acreditam que suas ações de cuidado com o potencial de práticas educativas poderão realizar mudanças na vida das crianças e adolescentes acolhidos na instituição.

Sobre a concepção de cuidado Pereira (2013), afirma em sua pesquisa que os cuidadores gostariam de ensinar sobre o respeito e o diálogo nas relações sociais entre as crianças e adolescentes das instituições de acolhimento. A concepção de cuidado dos cuidadores está relacionada com o contexto vivido com seus familiares na infância e nas diferentes experiências de vida. Para Freitas (1996), conhecer o contexto de origem, as histórias de vida e de trabalho desses profissionais possibilitam compreender que o indivíduo é construído socialmente, no contexto histórico e social em que está inserido.

Em relação às dificuldades encontradas no dia a dia de cuidado, conforme Pereira (2013), os cuidadores relatam que as suas dúvidas diante dos conflitos ocorridos nas casas lares entre as crianças e adolescentes, apontam suas dificuldades em intervir nessas situações. Eles percebem que algumas das situações demandam intervenções de caráter educativo, mas não sabem como resolver. A orientação recebida da equipe técnica é verificar se o conflito justificaria alguma medida disciplinar, mas nem todos os cuidadores se sentem seguros para intervir em determinadas situações (PEREIRA, 2013).

Na perspectiva de Freire (2010), os cuidadores poderão enfrentar os conflitos surgidos nas casas lares problematizando-os através da obtenção de uma formação profissional e desenvolver espaços para reflexão crítica e para a comunicação sobre o que acontece na realidade de trabalho. As possíveis formas de intervenção das cuidadoras poderão ser construídas no próprio contexto de convivência e de relações entre os moradores das casas lares, numa proposta de trabalhar junto com as crianças e adolescentes no processo de educação.

Neste sentido, esta pesquisa se propôs a analisar como os processos de cuidado são realizados pelos cuidadores da instituição, com a proposta de pensar em atuais políticas públicas de formação para que o este trabalhador possa desenvolver a função de cuidado com mais qualidade.

## **METODOLOGIA**

A metodologia é definida de acordo com o problema de pesquisa apresentado. É um caminho que requer organização e trabalho, de modo que auxilie a chegar a um resultado esperado no trabalho.

“Nas ciências sociais não há um único método ou, então, procedimentos de observação estabelecidos de forma acabada e imutável. Ao contrário, é necessário, a cada vez que estamos diante um novo objeto a ser investigado, repensar as práticas da pesquisa. O método deve ser o resultado de uma escolha, a qual não se deve dar ao acaso, pois as escolhas metodológicas estão profundamente ligadas às escolhas teóricas e ao objeto construído como resultado de um processo de reflexão (COTANDA ET AL, 2008, P.63).”

### **Caracterização da pesquisa**

Dentre tantas metodologias possíveis, a que mais se adequa a esta pesquisa foi a pesquisa Qualitativa Descritiva, que visa considerar melhor as percepções do sujeito entrevistado. Sobre a pesquisa qualitativa, Campos (2008), ressalta:

“Pesquisa qualitativa se fundamenta em uma estratégia baseada em dados coletados em interações sociais ou interpessoais, analisadas a partir dos significados que sujeitos e/ou pesquisadores atribuem ao fato. Neste tipo de pesquisa o pesquisador se propõe a participar, compreender e interpretar as informações (p. 57).”

Deste modo, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa descritiva do tipo transversal, pois visa descrever as características da população estudada, tendo como padrão técnico a utilização de entrevistas. Gil (1991) propõe que: *“São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”* (p. 25), assim como o objetivo da pesquisa em questão. No estudo do tipo transversal *“a pesquisa é realizada em um curto período de tempo, em um determinado momento, ou seja, em um ponto no tempo, tal como agora, hoje”* (FONTELLE et al., 2009, p. 7).

### **Participantes**

Para trabalhar os procedimentos citados acima, participaram da pesquisa seis cuidadores da Casa de Acolhimento Lar Crescer, do Município de Xangri-lá. Estes cuidadores



trabalham por escala de horários neste local, portanto, as entrevistas foram combinadas e agendadas com cada um de maneira que ficou acessível para todos.

### **Instrumentos**

Os dados da pesquisa foram coletados através de entrevistas. Segundo Minayo (2009), uma entrevista pode ser considerada como uma conversa com finalidade cuja caracterização depende de sua classificação.

A entrevista foi composta por um roteiro de questões semiestruturadas e abertas, nas quais os entrevistados tiveram a liberdade de expressar, à sua maneira, cada uma das ideias abordadas. Conforme Minayo (2013), a entrevista semiestruturada combina com perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

### **Procedimentos**

Para dar início a este projeto de pesquisa, foi encaminhado à coordenadora da casa de acolhimento do município de Xangri-lá, o Termo de Anuência, com o objetivo de solicitar a permissão da realização da pesquisa na Instituição. Assim que ela concedeu a autorização, o projeto de pesquisa foi cadastrado na Plataforma Brasil para ser avaliado pelo Comitê de Ética da UNICNEC.

Após a aprovação do Comitê de Ética, foi feito contato com os cuidadores da casa de acolhimento para apresentar e entregar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi explicado, para, posteriormente, ser assinado. De acordo com a disponibilidade de casa um, então, foi agendado uma data e horário para a realização das entrevistas.

### **Proposta de Análise de Dados**

Para compreensão e interpretação de dados qualitativos, é importante observar o significado das experiências relatadas pelos participantes. Sendo assim, este estudo utilizou a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1979). A análise de conteúdo consiste em uma técnica que utiliza procedimentos sistemáticos e metas de descrição do conteúdo das mensagens que tem como objetivo obter indícios que possibilitem a articulação dos elementos adquiridos com os conhecimentos relativos a essas produções (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

“Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo inicia pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a

superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações.” (MINAYO, 2013, p. 308).

Esta análise de conteúdo é executada por meio de uma tecnologia chamada análise temática, que lida com a ideia do tema associada a uma constatação sobre determinado assunto. Minayo (2013) salienta que a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado. Este tipo de análise, segundo a autora, ocorre em três etapas:

**Pré-análise:** leitura flutuante dos documentos que serão analisados a fim de compreendê-los na sua totalidade;

**Exploração do material:** primeiro faz-se um recorte do texto através de frases ou fragmentos. Após isso, escolhem-se regras de contagem procurando codificar as informações. E, por último, faz-se a classificação do material obtido procurando organizá-los em categorias.

**Tratamento dos resultados obtidos e interpretação:** submissão dos resultados brutos onde o analista os interpretará relacionando com o quadro teórico.

### **Considerações éticas**

Todos os participantes que responderam a pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a autorização e realização das entrevistas, cientes de que as informações geradas seriam divulgadas, via relatório e publicações, seguindo os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, ressaltando que os mesmos teriam suas identidades preservadas para que não houvesse constrangimentos.

O projeto desta pesquisa foi enviado e aprovado pelo Comitê de Ética da Instituição, através da Plataforma Brasil, pois se trata de uma pesquisa com seres humanos, conforme o parecer número 3.224.302.

## **RESULTADOS**

A análise de conteúdo das entrevistas será apresentada em dois momentos: inicialmente, será feita uma caracterização dos participantes da pesquisa e da rotina de trabalho dos mesmos. Após, será apresentada a categorização das respostas da entrevista realizada.

### **Caracterização dos participantes**

A Casa de Acolhimento Lar Crescer conta com seis cuidadores e todos eles realizaram as entrevistas para esta pesquisa. Dentre eles estão cinco mulheres e um homem, com idades entre 27 e 48 anos. Quatro destes cuidadores foram selecionados via Concurso Público e os outros dois são Cargos de Confiança. Todos têm em torno de dois anos de trabalho dentro da Casa de Acolhimento. Para os cuidadores que ocupam Cargo de Confiança não foi exigido formação em nível superior para trabalhar na instituição. Os cuidadores que são concursados devem estar cursando ou ter cursado alguma graduação em licenciatura ou em Assistência Social. Dos quatro cuidadores concursados, dois são formados em Assistência Social e dois em Pedagogia.

### **Caracterização da rotina de trabalho**

A rotina de trabalho se dá por meio de plantões com 12 horas trabalhadas e 36 horas de descanso, sendo que ficam dois cuidadores por plantão. A rotina dos cuidadores que fazem plantão entre as 07:00 horas da manhã e as 19:00 horas da noite são cuidados como levar à escola e às atividades extras e de lazer, servir as refeições, realizar cuidados com a higiene das crianças e adolescentes. Já a rotina dos cuidadores que fazem plantão das 19:00 horas da noite às 07:00 horas da manhã é um pouco diferente, pois as crianças não têm atividades externas, somente em casos de emergência, então, o cuidado é basicamente com a higiene, tarefas escolares, refeições e sono. De acordo com a rotina de trabalho e relação com os acolhidos, os cuidadores responderam às entrevistas desta pesquisa.

### **Análise de conteúdo**

A análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os cuidadores da casa de acolhimento possibilitou identificar quatro categorias: práticas educativas, dificuldades acerca

do cuidado, aspectos positivos acerca do cuidado e sentimentos. A partir destas categorias, surgiram subcategorias. Para facilitar a visualização das mesmas, elas foram organizadas na tabela abaixo.

Tabela 1: Categorias e Subcategorias

Categorias	Subcategorias
Práticas educativas.	Diálogo. Transmissão de afeto. Atividades de lazer.
Dificuldades acerca do cuidado	Dizer não. Manejo de situações de conflitos. Lidar com o apego. Lidar com situações de risco. Lidar com adolescentes. Lidar com o enfrentamento. Quando chega um novo acolhido. Separar trabalho e vida pessoal.
Aspectos positivos acerca do cuidado	Boas condições de trabalho. Formação continuada. Vínculo como potência.
Sentimentos	Medo. Dúvida. Apreensão. Insegurança.

Fonte: autor

### **Práticas Educativas**

Ao falarem sobre sua rotina de trabalho na casa de acolhimento, os cuidadores relataram as práticas educativas que utilizam no seu cotidiano com as crianças e adolescentes. Entre elas, foi possível identificar a presença de diálogo, a transmissão de afeto e a realização de atividades de lazer com crianças e adolescentes.

### Diálogo

*“No começo eu não falava a linguagem deles, hoje eu já digo, faço gestos brinco... Fico bem à vontade porque o universo deles é esse, não é regradinho” (Flávia).*

*“Eu chego neles devagarinho, vou conversando, é que eu acho fácil, tenho uma boa comunicação...” (Rosana).*

*“Tu sabe que eu tenho uma facilidade... Eu tenho uma facilidade muito grande de comunicação. Então assim, eu me dou muito bem com todo mundo, eu tenho uma facilidade de me expressar bem boa e com as crianças é assim bem tranquilo... Eu sou bem acessível de chegar e conversar, acho que isso é uma potencialidade que eu tenho” (Marina).*

### Transmissão de afeto

*“Bom, eu uso muito do amor e do carinho pra conviver bem com eles, ensino as coisas certas, erradas...” (Flávia).*

*“Eu vejo que aqui a gente transmite muito amor para as crianças e para o trabalho, isso faz tudo ficar mais fácil, eles precisam muito de amor” (Marina). “„É muito ruim ter que te tirar as coisas quando tu fazes alguma coisa errada, mas eu preciso fazer isso porque eu te amo e não quero que alguém lá fora te chame de marginal e sem vergonha”, aí eles falam “ai nem gosta de mim nada”, eu falo “gosto e amo sim e é exatamente por isso que faço desse jeito”” (Letícia). “O afeto é dado de várias maneiras por nós, dar um banho, uma comida e eles não tinham isso. Eu sempre mostro preocupação com eles e isso também é afeto” (Marina).*

### Atividades de lazer

*“A gente faz festa de aniversário, eles escolhem presentes... No final de semana a gente programa uma sobremesa...” (Flávia).*

*“Eu gosto muito de brincar com eles e passear na praia. São coisas que eu gosto muito de fazer com eles e eu sei que eles gostam de fazer isso também. Eu gosto bastante mesmo jogar futebol, brincar, passear...” (Vitor).*

*“Os trabalhos manuais acho que é uma coisa que eles gostam sempre e também é um caminho pra eu vincular. Já fizemos tiaras de unicórnio para as meninas, filtro dos sonhos... Eu gosto muito de decorar, igual na Páscoa àquela decoração toda, no Natal...” (Rosana).*

*“... a gente dá um filme pra eles olharem, faz algum tipo de recreação...” (Marina).*

### **Dificuldades acerca do cuidado**

As dificuldades mencionadas pelos cuidadores da casa de acolhimento dizem respeito às práticas educativas utilizadas por eles, como não conseguir “dizer não”, o manejo de situações de conflitos, lidar com o apego com as crianças e adolescentes, lidar com situações de risco, lidar com adolescentes, lidar com o enfrentamento, lidar com situações quando chega um novo acolhido e separar trabalho e vida pessoal.

#### Dizer não

*“... mas eu não sei dizer não pra eles, tipo “ai tia deixa eu mexer no teu celular, é só uma música”, e eu digo não, daí eles vão insistindo e eu deixo. “Ai tia deixa eu comer fora de hora”, “não, tu sabe que não da”, depois eu digo “ta come”. Porque eu fico assim com dó. Porque eles não têm, daí eles já ficam trancados aqui sabe. Eles não tinham rotina e viviam na rua, daí tudo que eles pedem eu digo sim” (Flávia).*

#### Manejo de situações de conflitos

*“Assim, quando acontece alguma briga, uma coisa que eu digo é “não, calma, não vão brigar”, assim eu acho difícil manejar, não sei conversar tipo que nem psicóloga” (Flávia).*

#### Lidar com o apego

*“Aqui eu estou me limitando um pouco, porque eu já tive algumas frustrações de ter envolvimento e apego com as crianças, não daqui tá? Fora daqui, na minha experiência anterior, em que no fim as coisas acabavam indo pra uma outra situação e eu perdia o contato com as crianças” (Letícia).*

*“Chega ao final de semana e se algum final de semana eu trabalho de dia, porque normalmente é de noite, eu pego eles no domingo e levo tudo lá pra casa. Eu faço aniversário, eu convido eles pra essas junção. Talvez eu esteja dando uma abertura demais para minha vida pessoal, me apegando demais a eles, mas até hoje nunca me complicou em nada, porque teve um caso bem difícil que a gente teve aqui, nem com esse caso eu nunca tive problema. Inclusive esse caso difícil, esse menino, perguntou pra mim se eu queria adotar ele” (Marina).*

#### Lidar com situações de risco

*“Trazer pra eles que a realidade que eles viveram até agora não é uma realidade de todos, eu tento mostrar que eles podem ter uma vida melhor. Que tem muita gente que vive sem tráfico, sem violência, sem fome...” (Letícia).*

*“... é difícil quando envolve risco, sabe. Quando chega alguém que se envolve ou já se envolveu com drogas ou com grupo de pessoas erradas” (Anita).*

#### Lidar com adolescentes

*“... às vezes as situações te colocam de uma maneira... só a conversa não traz nenhuma pressão, principalmente o adolescente, ele não vai nem te escutar, se tu ficar falando bem baixinho e tal, ele não para pra te escutar porque ele não tem paciência pra conversa” (Letícia).*

*“... o adolescente já traz mais carga, já tem mais força, já tem a opinião mais formada, já viveu mais... Então os processos dentro da casa com o adolescente se torna mais complicado, porque ele tem mais vivências...” (Anita).*

*“A maior dificuldade que eu já tive aqui foi com adolescente... eu tive muito medo e até deu vontade de sair” (Rosana).*

*“... depois de uma situação com uma menina, eu peguei trauma de adolescente... daí eu fiquei com aquela coisa assim que todo adolescente que entrasse eu ia ter problemas, graças a Deus estou me desmistificando” (Marina).*

#### Lidar com o enfrentamento

*“Tem acolhido que bate de frente, ele te xinga, ele te ofende, te empurra, não está nem aí e joga na tua cara, “tu está aqui pra me cuidar e eu faço o que eu quiser... a casa é minha e tu não pode me bater... se tu me bater eu vou contar pra juíza...”” (Letícia). “... desobediência, tu pede uma vez e não faz, aí pede de novo” (Anita).*

#### Quando chega um novo acolhido

*“Quando eles chegam são novas experiências, eles chegam fechados, alguns são difíceis até se abrirem com nós. Nenhum deles chega aqui cheio de amor” (Letícia).*

*“Acho que a maior dificuldade é os primeiros dias quando chega um novo acolhido. Até a gente conseguir a confiança deles e conseguir lidar de uma forma mais clara, sem a gente saber como essa criança funciona digamos assim. Então nos primeiros dias, pra mim, acho que é a maior dificuldade... esse período inicial quando alguém chega” (Vitor).*

*“Acho que o período mais difícil é quando a criança entra, que daí tu tem que ter todo aquele processo de adaptação. Eu acho que é a parte mais difícil, que tu tem que ter todo aquele processo de adaptação, do meio em que eles vieram, do meio social, cultural que eles vieram pra outra realidade daqui” (Marina).*

#### Separar trabalho e vida pessoal

*“Às vezes eu estou em casa e toca meu telefone, eu olho “ah é do lar”, eu olho pro*

*meu marido e ele fala “que que tu já está atendendo esse telefone da casa, tu não precisa saber, tu está de folga.” Não é só o meu marido que me cobra, minha filha também me cobra, tenho uma filha de 24 anos e ela é uma adulta, mas ela diz “ó mãe é eu hoje, tuas crianças tu deixa lá”. Muitas vezes não tem como separar, não existe a Leticia cuidadora e a Leticia mãe. Dificil separar a mãe biológica e a mãe social” (Leticia).*

*“Agora como tem dois a menos eu passo mais tempo aqui do que em casa, às vezes os meus filhos notam, “ah tu oferece mais amor e carinho pra eles”. Se eles precisam de roupa, calçado, tudo eu compro, até Avon” (Flavia).*

*“No começo eu me atrapalhei bastante, agora estou melhor, porque essa coisa de separação eu não consigo, separar lá em casa ou aqui” (Rosana).*

*“A gente leva muita coisa pra casa sabe, nos primeiros oito meses eu saia daqui, mas minha cabeça continuava aqui. Eu chegava em casa e as gurias “ba tu não desliga”... Todos eu levo lá em casa” (Marina).*

#### **Aspectos positivos acerca do cuidado**

Os aspectos positivos relatados pelos cuidadores em relação ao processo de cuidado das crianças e adolescentes foram a presença de boas condições de trabalho, a formação continuada recebida e o vínculo como uma potência de trabalho com as crianças e adolescentes.

#### Boas condições de trabalho

*“... aqui é um pouco diferente por ser menor (cidade pequena), a gente consegue ser um pouco mais próximo tanto das crianças quanto da estrutura que tem em volta (rede intersetorial)... Aqui se torna mais tranquilo de fazer este trabalho em função disso...” (Leticia).*

*“... mas aqui a gente tem uma estrutura excepcional comparado com outras realidades... aqui as condições são boas” (Vitor).*

#### Formação continuada

*“Nós já fizemos treinamentos, vários cursos, seminários, no primeiro e no segundo ano. A gente participa de seminários inclusive com outras casas de acolhimento. Existe um seminário que é feito todo ano, que é das casas de acolhimento do litoral norte” (Leticia).*

*“Foi exigido que eu estivesse estudando serviço social ou pedagogia, para que tivesse alguma instrução para trabalhar com crianças né...” (Anita). “Teve formação no instituto de humanidades em Porto Alegre que era sobre o tema de casa de acolhimento. Já teve atividades com o direito da criança e do adolescente em Osório...” (Vitor).*



*“A formação que eu tive foi com o pessoal da Assistência Social... aqui na casa já tivemos vários cursos, palestras...” (Marina).*

### Vínculo como potência

*“O vínculo se faz sem tu nem fazer força porque eles chegam aqui muito carentes de vínculo e de atenção... Automaticamente se cria o vínculo, porque a dependência começa pelas coisas básicas, o comer, tomar um banho, levar à escola... Transmitir esse cuidado básico que é o que disse aqui vai criando o vínculo, vai fazendo esse papel de “mãe”. Aí vai se criando os outros vínculos. Cria vínculo com um, com outro de maneira diferente, porque cada criança é um perfil” (Leticia).*

*“...o vínculo sempre acaba acontecendo, porque a gente tem essa relação aqui praticamente de pai e filho, então tem esse vínculo, não tem como não ter... Enquanto eu estou aqui eu busco ter o maior vínculo afetivo possível, até porque na minha opinião, quanto maior for o vínculo, maior vai ser o respeito que eles vão ter por mim também. Porque eles vão me ver como uma pessoa que gosta deles e que eles possam gostar de mim. Então ter esse vínculo de carinho e de amor acho que é muito importante também” (Vitor).*

*“O processo de vínculo é diferente de acordo com a necessidade de cada um deles por afeto, tu vai pegando aos poucos, mas o vínculo sempre acontece e isso ajuda muito na forma de cuidado com eles” (Marina).*

## **Sentimentos**

Os sentimentos relatados pelos cuidadores despertados em seus processos de cuidado com as crianças e os adolescentes foram o medo, a dúvida, a apreensão e a insegurança.

### Medo

*“... a gente fica se mandando Whatsapp quando entra alguém até, daí a gente fica meio nervosa, apavorada... porque pode entrar drogado, bandido, já entrou gente de facção... A realidade deles é bem complicada, se não, não estariam aqui né” (Flavia).*

### Dúvida

*“Esse limite entre meus valores e a educação que eu dou para os meus filhos e pra eles é muito difícil, fico pensando se é minha função educar ou não, mas fico com medo de como vai ser lá fora depois pra eles sabe” (Leticia).*

*“O trabalho aqui é parecido com uma vida cotidiana nossa em casa, mas também é diferente porque a resposta deles é diferente dos meus filhos em casa né. Até porque aqui eles tiveram outro tipo de educação, até eles chegarem aqui, tiveram algumas dificuldades que talvez nossos filhos em casa não tenham. Então tu tenta agir igual, mas a resposta diferente. Aí fica “o que eu faço agora né?” Lá em casa eu faço e dá certo, aqui eu faço e não deu” (Anita).*

*“É difícil alguns manejos, a gente não sabe se acolhe demais ou de menos... a gente não sabe balancear quando precisa entrar em ação” (Anita).*

#### Apreensão

*“Eu fico apreensiva nos primeiros dias de algum acolhido novo. Talvez a apreensão é mais minha do que deles, ainda mais acolhimento, a gente fica meio assim né...” (Anita).*

*“Já passou dois anos, saiu e entrou muita gente, mas eu sempre fico apreensiva nessas situações” (Flavia).*

#### Insegurança

*“Quanto à agressividade e à conduta deles eu não me sinto 100% segura de que eu estou manejando certo. Isso eu ainda vou pra casa pensando, será que eu podia ter feito desse jeito ou daquele jeito” (Letícia).*

## **DISCUSSÃO**

A importância do trabalho das equipes de assistência à criança em situação de acolhimento foi reconhecida pela legislação vigente e pelas políticas de desenvolvimento social (CONANDA/CNAS, 2006). Estas diretrizes recomendam que o atendimento possua um enfoque profissional e especializado, que tem por objetivo principal o desenvolvimento da criança e do adolescente, ressaltando também que a entidade de acolhimento deve priorizar o estabelecimento de uma relação afetiva, segura e estável da criança e do adolescente com o cuidador. Os resultados desta pesquisa demonstraram que, nos processos de cuidados, os cuidadores da Casa de acolhimento passam por inúmeras situações, sejam elas em relação às práticas educativas utilizadas, dificuldades encontradas no trabalho e até mesmo sentimentos diversos identificados neste processo. Contudo, aspectos positivos também foram identificados, como foi possível perceber nas falas dos entrevistados.

As práticas educativas mencionadas nos processos de cuidado dizem respeito ao diálogo, à transmissão de afeto e as atividades de lazer realizadas com as crianças e adolescentes. Conforme Moré e Speranatta (2010), o afeto proveniente

da relação dos cuidadores com os acolhidos, assim como as práticas educativas por eles exercidas, influenciarão no processo de desenvolvimento do acolhido, bem como o acesso a relações saudáveis. O diálogo aparece como um impulso inicial para a aproximação dos cuidadores, assim, os outros processos, como a transmissão de afeto e as atividades de lazer, vão acontecendo de forma gradual, de acordo com o perfil de cada acolhido.

O trabalho de cuidador traz algumas dificuldades mencionadas pelos entrevistados. A falta de habilidade com as práticas educativas pode fazer com que as relações entre cuidadores e acolhidos sofram alguns problemas, como o manejo nas situações de conflito, no qual os cuidadores não conseguem desempenhar ou manter um diálogo que possam trazer controle na situação, levando, também, algumas vezes, à flexibilidade na hora de obter uma postura mais incisiva.

Lidar com o apego também foi mencionado como uma dificuldade em relação aos processos de cuidado. Alguns cuidadores relataram dificuldades em lidar com o retorno das crianças e adolescentes para sua família de origem após estarem fortemente apegadas a eles. Em relação a este aspecto, o CONANDA/CNAS (2006) recomendou a substituição do termo “mãe/pai social” por cuidador/educador residente, de modo a evitar ambiguidade de papéis, disputa com a família de origem, ou fortalecimento da ideia de permanência indefinida do acolhido na instituição.

As situações de risco que envolvem os acolhidos antes ou até durante o processo de acolhimento institucional foram relatadas pelos entrevistados como um fator de dificuldade. De acordo com Mota e Matos (2008) e Julião e Pizeta (2011), a falta de estabilidade e a fragilidade de vínculos estabelecidos durante o desenvolvimento, bem como inúmeras situações vividas no cotidiano, como desemprego, pobreza, desigualdade, exclusão social e contexto de violência, contribuem para que as famílias e seus membros sejam expostos a situações de vulnerabilidade e risco, e estariam associados à manifestação de comportamentos desadaptativos, facilitando a entrada de crianças e adolescentes na vida infracional.

A chegada de um novo acolhido, lidar com adolescentes e o enfrentamento dos mesmos foram mencionados através das dificuldades encaradas pelos cuidadores. Embora a institucionalização não represente, em muitos casos, uma transição negativa, o processo de adaptação e a formação de novos vínculos se tornam um processo difícil tanto para os cuidadores como para os acolhidos, pois o

rompimento do convívio familiar e social pode trazer uma conduta mais defensiva e desadaptativa, principalmente nas situações de conflito.

Ainda sobre as dificuldades, os cuidadores trouxeram que separar o trabalho e vida pessoal se torna difícil por serem realidades bem parecidas, principalmente se tratando de vínculo e cuidado, fazendo com que a família destes cuidadores passe a perceber através das atitudes de seus membros que o trabalho está comprometendo a vida pessoal em algumas áreas. Assim como os autores Lima (2009), Tomás (2010) e Oliveira (2011), apontam em suas pesquisas que a relação maternal e afetiva para com as crianças acolhidas pode ultrapassar a postura técnica, fazendo com que o cuidador tenha que refletir sobre sua identidade profissional e pessoal. As cuidadoras assumem um lugar profissionalmente de referência afetiva constante e um acompanhamento diário das crianças e adolescentes, assemelhando-se provisoriamente às funções parentais, ao mesmo tempo em que devem manter uma postura e visão técnica (MEDEIROS E MARTINS, 2018).

Diante disso, os cuidadores apontaram como um dos aspectos positivos em relação ao cuidado a formação continuada, que servirá como preparação profissional para lidar com as situações de trabalho, bem como o acompanhamento técnico necessário ao longo do desenvolvimento desta função. Neste sentido, Costa (2015) destaca a importância de qualificar os profissionais de instituições de acolhimento para fim do bom desenvolvimento do acolhido e o manejo nas situações de cuidado. As boas condições de trabalho também foram citadas durante as entrevistas como aspectos positivos, tratando-se, além de infraestrutura, uma boa comunicação com as redes intersetoriais pelo fato de residirem em uma cidade pequena.

Em relação aos aspectos positivos, os cuidadores também relataram o vínculo como potência nos processos de cuidado, destacando-o como um auxílio na construção de respeito e afeto entre acolhido e cuidador, o que traz a importância de relações saudáveis para saúde mental e bem estar das crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Em relação a este aspecto, Bianchin e Gomes (2018) e Medeiros e Martins (2018) afirmam que é no acolhimento institucional que se realizam e desempenham atividades, papéis e funções, abrindo espaço para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto estável ao proporcionar a interação com outras pessoas, levando ao resgate do vínculo, visto que, muitas vezes, a história destas crianças foi interrompida por questões de abandono, negligência, abuso e pobreza.

Em relação aos sentimentos que acompanham os cuidadores nos seus processos de cuidado, surgiram emoções diversas. O medo e a apreensão apareceram em momentos de entradas e saídas dos acolhidos, por não saberem o que as esperava nestes momentos. Já os sentimentos de dúvida e insegurança foram relacionados a algumas práticas educativas, principalmente ao manejo e à educação dos acolhidos. Para os autores Medeiros e Martins (2018), o trabalho de cuidador residente é altamente demandante e, quando associado à ambiguidade vivida acerca das atribuições e das expectativas das crianças, da instituição de trabalho e do Estado, aumenta-se a possibilidade de desenvolverem vários sentimentos, como angústia, insegurança e medo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foram apresentados aspectos relevantes ao processo de cuidado na visão dos cuidadores no acolhimento institucional. O principal objetivo foi descrever as dificuldades e os aspectos positivos encontrados durante este processo em seu trabalho.

A partir dos conteúdos relatados pelos cuidadores, podem ser observadas grandes dificuldades em relação às práticas educativas com os acolhidos, mesmo havendo formações. De acordo com Lima (2009), a formação de cuidadores diretos de crianças em situações de acolhimento institucional não deve ser concebida como um meio de acumulação de conhecimentos, salientando a importância de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas desenvolvidas no dia a dia, os sentimentos suscitados pelo contato com a realidade das crianças sob sua responsabilidade e as experiências anteriores ao acolhimento.

As leis e diretrizes por trás do acolhimento institucional proporcionam uma base segura para a criança e o adolescente que vivem nesta situação. Além disso, os acolhidos contam com o vínculo e o afeto oferecido pelos cuidadores como uma potência para o seu desenvolvimento. Conforme já foi mencionado, é no acolhimento institucional que se realizam e desempenham atividades, papéis e funções, abrindo espaço para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto estável ao proporcionar a interação com outras pessoas (Siqueira, 2006). Assim, embora a institucionalização geralmente esteja relacionada ao sofrimento, os acolhimentos institucionais podem proporcionar um espaço seguro e protetivo, possibilitando acolhimento e relações satisfatórias.

Por fim, foi possível perceber que ainda há muito a ser visto dentro das dificuldades e

dos aspectos positivos no ambiente de acolhimento, bem como em relação às práticas vivenciadas pelos cuidadores. Vale ressaltar as limitações em relação à quantidade restrita de publicações para os programas sociais. Assim, espera-se que ocorra uma evolução positiva dentro das pesquisas relacionadas aos cuidadores e ao acolhimento institucional, bem como a implementação de políticas públicas com o propósito de oferecer formações para que o cuidador possa exercer sua função com mais qualidade e segurança técnica.

## REFERÊNCIAS

- [1] ALBORNOZ, A. C. G. Perspectivas no Abrigamento de Crianças e Adolescentes Vitimizados. In S. L. R. Rovinski, R. M. Cruz (Orgs.) **Psicologia Jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Vetor. 2009.
- [2] BIANCHIN, L. F.; GOMES, K. M. O desenvolvimento da empatia e vínculo afetivo em crianças e adolescentes abrigados. **Revista de Iniciação Científica**, UNESC, Criciúma, v. 16, n. 1, 2018.
- [3] BOWLBY, J. **Apego e perda: apego, 1**. Tradução A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- [4] BRASIL. Lei 8.069, de 13.0.1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União; Brasília, 16 jul. 1990. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm) Acessado em: 08 de Setembro 2018.
- [5] Brasil (2006A). Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Plano\\_Defesa\\_CriançasAdolescentes%20.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf) Acessado em 16 de Novembro 2018.
- [6] BRASIL (2009). Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: [http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/orientacoes\\_tecnicas.pdf](http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/orientacoes_tecnicas.pdf) Acessado em: 10 de Novembro 2018.
- BRITO, C. O.; ROSA, E. M. Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: Desafios e Possibilidades. In: Avellar; L. Z.; Rosa, E. M. **Psicologia, Justiça e Direitos Humanos**. Ed. Juruá; 2018; p. 228.
- [7] CAMPOS, Luis Fernando Lara. Método em ciência e em Psicologia. In. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia**. Campinas, Editora Alínea, 4 ed., 2008.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência (CNAS). Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. 2006.

[8] COSTA, V. S. (2015) **Desenvolvimento e avaliação de impacto de intervenção preventiva para Síndrome de Burnout em cuidadores residentes.** (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

[9] COTANDA, F. C.; SILVA, M. K.; ALMEIDA, M. L.; ALVES, Ca. F.. **Processos de Pesquisa em Ciências Sociais: uma introdução.** In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZELLI, César Augusto Barcellos (org). Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.63-83.

[10] FIORELLI, J. O.; MANGINI, R.C., R. **Psicologia Jurídica.** São Paulo: Atlas. 2010. 426 p.

[11] FONTELLE, M. J. et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 3, p. 69-76, set. 2009.

[12] FREIRE, P. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos.**São Paulo: Paz e Terra, 2010.

[13] FREITAS, M.F.Q. Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política ao Desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária. Os paradigmas de Silvia Lane, Ignácio Martín-Baró e Maritza Montero. **Psicologia & Sociedade**. v.8, n.1.(1996). p.63-82.

[14] GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa.** 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

[15] JULIÃO, C. H.; PIZETA, F. A. A rede social e o acolhimento institucional de crianças e adolescentes: a (re) construção dos direitos ameaçados ou violados. **Rev. Triang. Ens. Pesq. Ext.** Uberaba – MG, n. esp .dez., p. 13-29, 2011.

[16] Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em:

[17] [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm) Acessado em 16 de Novembro 2018.

[18] MEDEIROS. B., C., D; MARTINS, J. B. O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo Teórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Jan/Mar. 2018 v. 38 n°1, 74-87. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002882017> Acessado em: 10 de Novembro 2018.

[19] MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 13º ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

[20] MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORÉ, C. L. O. O.; SPERANCETTA, A. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. **Psicologia & Sociedade**; 22 (3): 519-528, 2010.

[21] MOTA, C. P.; MATOS, P. M. Adolescência e Institucionalização numa perspectiva de vinculação. **Psicologia & Sociedade**; 20 (3): 367-377, 2008.

[22] Oliveira, D. R. (2011). **Maternidade, missão e renúncia: um estudo sobre mães sociais**. (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

[23] Organização das Nações Unidas – ONU. (2009). Diretrizes de cuidados alternativos à criança. Disponível em: [http://www.neca.org.br/images/apresent.\\_II%20seminario/Guidelines%20Portuguese%20-%20ONU%20CUIDADOS%20ALTERNATIVOS%20\(1\).pdf](http://www.neca.org.br/images/apresent._II%20seminario/Guidelines%20Portuguese%20-%20ONU%20CUIDADOS%20ALTERNATIVOS%20(1).pdf) Acessado em: 10 de Novembro 2018.

[24] PEREIRA, A. M. S. (2013). **Dimensões psicossociais das práticas de cuidado: um olhar de mães sociais de casas lares**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.

[25] Portaria Nº 397, de 9 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional, autoriza a sua publicação e revoga a portaria que menciona. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/legislacao.jsf>. Acessado em: 16 de Novembro 2018.

[26] SILVA, G. H. Educador Social: uma identidade a caminho da profissionalização?. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.3, p. 479-493, set./dez. 2009.

[27] SIQUEIRA, A. C. (2006). **Instituições de abrigo, família e rede de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Rio Grande do Sul.

[28] TOMÁS, D. N. (2010). **Conhecendo o perfil mediacional de mães sociais: um estudo sobre as interações em abrigos**. (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais.

[29] TOMÁS, D. N., & VECTORE, C. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 32(3), 576-587. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300005> Acessado em: 10 de Novembro 2018.